

A participação brasileira no golpe de Estado de 1894 no Paraguai: A Missão Cavalcanti

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

O objetivo deste artigo é analisar a participação da diplomacia brasileira no golpe de Estado que derrubou o presidente paraguaio Juan Gualberto González, em 1894. Trataremos de reconstituir a participação brasileira nesse golpe, utilizando, para tanto, documentação diplomática brasileira e argentina.¹

A política do Império do Brasil em relação ao Paraguai influenciou a ação diplomática da jovem república brasileira quanto a esse país. Assim, para melhor analisar o envolvimento brasileiro no golpe de 1894, faz-se necessário compreender os objetivos daquela política.

Derrotado na guerra que travou contra a Tríplice Aliança — Brasil, Argentina e Uruguai — entre 1865 e 1870, o Paraguai tornou-se objeto de disputa hegemônica entre os antigos aliados: Argentina e Brasil. A partir do fim do conflito, articularam-se no processo político paraguaio, nem sempre sem contradições, os grupos políticos internos e as diplomacias da Argentina e do Brasil.

Em 1869, Assunção foi ocupada por tropas imperiais, mas Solano López continuou a resistir no interior do país, reconhecido por diferentes países como o governante legítimo do Paraguai, vindo a ser morto em março de 1870. Ainda assim, com o estímulo e apoio do Império, instalou-se naquela cidade, em agosto de 1889, um governo provisório paraguaio, uma forma de demonstrar, pela estratégia estabelecida pelo Rio de Janeiro, a continuidade do Paraguai como país independente. Essa postura era coerente por parte do Partido Conservador, que, desde 1868, governava o Brasil. Afinal, fora esse partido que, no final da década de 1840, estabelecera a política de contenção da Argentina no Prata. Tal política consistia no apoio do Império às independências do Uruguai e do Paraguai, combatendo a influência argentina sobre esses dois países, de modo a impedir o surgimento de uma grande república ao sul, sob a liderança de Buenos Aires, que rivalizasse com o Estado monárquico brasileiro.

Autorizada a instalação do governo provisório paraguaio, organizaram-se dois grupos políticos para disputá-lo: o "Club del Pueblo" e o "Club Unión". No "Club del Pueblo", defendiam-se as idéias liberais, originárias da Revolução Francesa, mas sem um projeto político e econômico concreto. Esses liberais tinham em comum não apreciarem o Brasil,² mesmo porque muitos deles tinham, durante os governos autoritários paraguaios, emigrado para a Argentina. O "Club del Pueblo" foi o embrião do Centro Democrático — Partido Liberal — fundado em 1887. Já do "Club Unión", composto por conservadores, antigos seguidores de Solano López e emigrados antiliberais, originou-

se a Asociación Nacional Republicana, fundada nesse ano e que se tornou conhecida por Partido Colorado.

Entre liberais e conservadores predominavam os conflitos pessoais sobre os ideológicos. Nas disputas pelo poder, essas duas correntes políticas buscaram apoio externo, do Império e da Argentina. Não eram apoios desprezíveis, posto que as últimas tropas brasileiras retiraram-se do país guarani apenas em 1876, e estas, quando do interesse da diplomacia imperial, serviam como instrumento de sustentação aos governos paraguaios. Já a Argentina satelizava cultural e economicamente o Paraguai. Ademais, seu território, fronteiro com Assunção, poderia ser uma excelente base para ações revolucionárias por parte da oposição paraguaia, se o permitisse o governo de Buenos Aires.

Salvo um curto interregno em meados da década de 1870, quando o presidente Juan Bautista Gill se compôs com a Argentina, o Império brasileiro exerceu influência sobre os governos paraguaios, em menor grau desde meados da década de 1880. Já a partir de 1876, houve uma redução no interesse e na possibilidade de o Império priorizar as suas relações com o vizinho paraguaio. Tal ocorreu porque, de um lado, nesse ano a diplomacia imperial viu atingido o objetivo que se impusera desde 1868, qual seja, impedir que todo o território do Chaco fosse argentino, como determinava o Tratado da Tríplice Aliança de 1865. De fato, em 1876 foi assinado o Tratado de Limites entre o Paraguai e a Argentina, contentando-se Buenos Aires com a posse da parte central do Chaco.

A partir de meados da década de 1870, o Império viu, ainda, limitada sua capacidade de manter em relevo as relações com o Paraguai. O Estado monárquico brasileiro assistira a um aprofundamento de sua crise política e financeira, fator que desviava atenções e recursos governamentais das questões externas. Ainda assim, aquelas relações continuaram importantes, a ponto de o Brasil manter na capital paraguaia representação diplomática de alto nível, uma legação com ministro residente, enquanto a representação argentina, até o início dos anos 1880, era chefiada apenas por um encarregado de negócios. Ademais, havia uma estação naval brasileira no rio Paraguai, sempre com dois ou três navios de guerra próximos de Assunção. Embora essas embarcações estivessem, muitas vezes, em condições operacionais sofríveis, constituíam-se em um contraste diante da ausência de belonaves argentinas na região.

A importância do Paraguai para o Império e os limites da política deste para com essa república confirmam-se por um acontecimento de 1883. Desde 1880 governava o país o general Bernardino Caballero, que lutara ao lado de Solano López e que, finda a guerra, fora uma liderança conservadora apoiada pelo governo imperial. Em abril de 1883, José Segundo Decoud, chanceler guarani, expôs ao representante brasileiro em Assunção que opositoristas uruguaios e paraguaios vivendo em Buenos Aires pretendiam iniciar movimentos revolucionários no Uruguai e no Paraguai, protegidos pelo governo argentino. O objetivo dos revolucionários seria o de acabar com a independência dos

dois países e, para evitar que tal ocorresse, o governo Caballero solicitava o "apoio material e moral" do Brasil. Pedia-se, explicitamente, armas e munições para mobilizar dez mil homens.³

Tal solicitação foi discutida pelo gabinete brasileiro, sendo, posteriormente, levada ao imperador D. Pedro II, para uma decisão final. O governo imperial não se deixou impressionar pela denúncia, descrendo que Buenos Aires apoiasse os citados oposicionistas. O Rio de Janeiro, contudo, ressaltou que, caso se manifestasse o apoio argentino a tais movimentos "de modo inequívoco e (...) destinado a auxiliar a anexação do Paraguai, pode o sr. general Caballero estar certo de que terá o auxílio não só moral, e sim material, decidido e eficaz do Brasil a favor da independência do país". Exceto por esse motivo, esclarecia o ministro dos Negócios Estrangeiros, Cavalcanti de Albuquerque, não se poderia intervir em favor do governo paraguaio, pois a política imperial era de "completa abstenção nos negócios internos das repúblicas vizinhas". Por essa razão, não podia o Império fornecer o armamento solicitado.⁴

Na realidade, o governo argentino não tinha objetivos anexionistas sobre o Paraguai, mas possuía, como o governo Imperial, intenções hegemônicas. No ano anterior, em 1882, o chanceler argentino Victorino de la Plaza, escrevendo a seu representante em Assunção, afirmava, mesmo após deixar implícito que as suspeitas de ambições anexionistas da Argentina não tinham fundamento, que o Paraguai "não pode

desligar seus interesses dos nossos, e que procedendo sensatamente assegurará sua tranqüilidade e bem-estar".⁵

A denúncia de conspiração que Decoud fizera à Legação Imperial era uma tentativa de aproveitamento da rivalidade argentino-brasileira para conseguir recursos financeiros e materiais para o Paraguai e apoio externo a seu governo. Tal intenção torna-se clara quando, no mesmo ano de 1883, Decoud era classificado pelo representante argentino em Assunção de "nosso bom amigo". O chanceler paraguaio chegou a afirmar a esse representante que, em caso de um conflito argentino-brasileiro, "faria o possível para [o Paraguai] seguir a República Argentina". Condição sua disposição de "trabalhar" seu governo em favor de Buenos Aires, ao recebimento, por seu país, de empréstimos argentinos.⁶

A rejeição a José Segundo Decoud seria, sem que ele o soubesse, o pivô do envolvimento do governo brasileiro no golpe de Estado de 1894, e, portanto, cabe explicar a trajetória desse político. Tal rejeição teve suas origens já em 1869 e se aprofundou com o passar dos anos. José Segundo Decoud educara-se no exílio, em Buenos Aires, em cuja universidade chegou a estudar direito e filosofia e, na guerra de 1865-1870, integrou-se nas fileiras do Exército argentino. No imediato pós-guerra ele e seus familiares foram membros da corrente liberal, tida como pró-Argentina pela diplomacia imperial. Gradualmente, Decoud foi-se decepcionando com a inabilidade de seus companheiros em manter a ordem e, após exercer o mandato de Senador, passou a compor o ministério

do governo Rivarola (1870-1871). Neste, ele deveria neutralizar a influência do general Caballero, ao qual acabou aliando-se e à facção conservadora.⁷

Decoud era um homem culto, mas tinha um caráter intransigente e rancoroso, o que lhe granjeava a "antipatia geral".⁸ Essa antipatia também lhe era dirigida pela diplomacia imperial, em virtude de ele e seus familiares não se alinharem às posições brasileiras no período de reconstrução institucional do Paraguai (1869-1870). Em 1875, Decoud foi o principal redator do jornal *La Reforma*, que atacou violentamente o ministro brasileiro em Assunção, Pereira Leal, acusando-o, com razão, de favorecer a revolução que ocorreu contra o presidente Juan Bautista Gill. Desde então, na análise feita em 1895 por Henrique Lisboa, representante brasileiro no Paraguai, Decoud "ganhou a reputação de inimigo do Brasil", embora sua hostilidade tivesse deixado de existir com a substituição de Pereira Leal na chefia da Legação Imperial.⁹

Na eleição de 1886, concorreu à sucessão do presidente Caballero apenas uma chapa, encabeçada pelo general Patrício Escobar, tendo como vice José del Rosário Miranda. Escobar, na opinião do representante diplomático brasileiro, gozava de reputação honrada, sendo tido como "enérgico" e, embora fosse "pouco instruído e ilustrado", possuía "muito bom-senso".¹⁰ No acompanhamento do governo Escobar, os ofícios da Legação Imperial passaram a ser falhos tanto em informação quanto em análise, além de se terem tornado mais espaçados. O motivo era, de um lado, uma menor atenção,

por parte dos gabinetes brasileiros, a assuntos externos, decorrente do aprofundamento da crise do Estado monárquico. Por outro lado, reduziram-se as desconfianças em relação à Argentina, cuja eventual intenção de anexar o Paraguai ou de ter objetivos belicistas em relação ao Império passou a ser considerada pouco provável.¹¹

Para apoiar a candidatura presidencial de Escobar, fora fundado em 1885, o Club Libertad, integrado majoritariamente por liberais. Estes confiavam que, como compensação, receberiam cargos públicos ou, no mínimo, teriam a possibilidade de apresentar candidatos ao Parlamento, sem, por isso, serem perseguidos, como ocorrera anteriormente. Equivocaram-se os liberais, pois, em junho de 1887, o apoio da administração Escobar ao caballerismo obteve a maioria dos cargos nas eleições para o Legislativo.¹²

As violências e fraudes que a oposição sofreu nessas eleições levaram-na a fundar, no mês seguinte, o Centro Democrático, que se transformou, ainda em julho, no Partido Liberal. Os governistas, por sua vez, reagiram, sob a liderança de José Segundo Decoud, fundando a Asociación Nacional Republicana, conhecida por Partido Colorado. Este era presidido pelo general Caballero, tendo como vice o próprio Decoud, verdadeiro organizador e ideólogo do partido. Como a maioria dos eleitores paraguaios era analfabeta, as duas organizações políticas passaram a ser identificadas pelas cores azul para os liberais e vermelho — daí Partido Colorado — para os oficialistas.

Com a proclamação da República, era de se esperar que ocorressem mudanças na política brasileira para com o Paraguai. Afinal, quando na oposição, os republicanos acusaram a Monarquia de causadora do permanente sentimento de desconfiança e de hostilidade das repúblicas americanas para com o Brasil. Afirmavam que somente o estabelecimento de um Estado republicano viabilizaria uma ação diplomática brasileira em favor da solidariedade americana. Em relação ao Paraguai, tal discurso foi apenas retórico, pois, nos primeiros anos de vida republicana, o Rio de Janeiro exerceu uma política para com esse país que não se diferenciava daquela exercida pelo Brasil Império. Assim, a dívida de guerra paraguaia, que incluía todos os gastos feitos pelo Império com a guerra de 1865-1870, não só não foi cancelada, como, em 1891, o governo Deodoro da Fonseca tratou de estabelecer negociações com as autoridades paraguais para fixar seu valor. O Tratado de Paz, assinado em 1872 entre os dois países, deixava para estabelecer posteriormente tal valor, e o governo de Deodoro propôs a quantia de 2.600.000:000\$000 (dois milhões e seiscentos mil-réis).¹³ Tratava-se de soma enorme, que o Estado paraguaio não tinha condições de pagar e que terminou por ser perdoada em 1943 por Getúlio Vargas.

O objetivo de conter a influência argentina no Paraguai, característica da diplomacia imperial, foi mantido pela nascente república brasileira. Essa preocupação tinha, de fato, base empírica, pois o Paraguai era, no plano econômico, "um simples tributário" da Argentina, conforme classificação, em 1890, do representante argentino em Assunção, que não via outra perspectiva para a economia paraguaia a não ser a do comércio com a Argentina. Como consequência, "vai se formando lentamente um partido anexionista, no qual ingressaram grande número de paraguaios distintos e toda a colônia estrangeira estabelecida aqui". Esse fato, concluía aquele representante, teria "consequências transcendentais no futuro que se aproxima (...) no qual se produzirá, de uma maneira suave e insensível, essa evolução (a anexação do Paraguai), desejada pelo patriotismo e destinada a salvar os destinos de um povo vinculado estreitamente ao nosso por igualdade de raça e pela comunidade da história".¹⁴

A dependência econômica paraguaia fez com que a crise financeira que atingiu a Argentina em 1890 repercutisse intensamente na república guarani. O Paraguai assistiu a uma violenta queda de suas exportações; a uma crise bancária; à paralisação das vendas de terras e à perda de valor do peso papel. A estabilidade econômica e a arrecadação fiscal regular e elevada, características dos governos Caballero e Escobar, tinham inviabilizado as revoluções políticas.¹⁵ O fim dessas duas características facilitava o ressurgimento de movimentos contestatórios ao governo do presidente Juan Gualberto González, eleito nesse mesmo ano de 1890. Em outubro do

ano seguinte, a oposição liberal, sem esperanças de ganhar eleitoralmente maioria parlamentar, tentou dar um golpe de Estado. Este, apesar de mal-organizado, quase foi vitorioso, sendo derrotado graças à ação decidida do coronel Juan Bautista Egusquiza, ministro da Guerra e Marinha.

Até então, os homens fortes da política paraguaia eram Caballero e Escobar, cabendo ao presidente Juan Gualberto González o papel de "marionete". A partir da tentativa de golpe de 1891, Egusquiza foi reconhecido, quer pelos rebeldes, quer pelos governistas, como o homem que salvou o governo de uma derrota certa. Converteu-se ele em figura de prestígio político e, ainda, no terceiro oficial paraguaio a portar a patente de general, rivalizando também no plano militar com Caballero e com Escobar.¹⁶

A quase vitória militar rebelde demonstrou que o caballerismo, antes que uma base militar real, respaldava-se na figura carismática de seu líder. Passou-se a comentar em Assunção, segundo o representante diplomático argentino, R. Mendonza, que Caballero preparava algo contra González, por crer esse líder colorado na intenção de dele afastar-se o presidente da República. De acordo com esse diplomata, Caballero era "sócio em várias empresas [comerciais] com brasileiros" e controlava, por intermédio de seus seguidores, o Poder Legislativo. O diplomata afirmava que o "governo [paraguaio] é amigo do [governo] argentino, sobretudo os senhores González, Egusquiza e López [ministro das Relações Exteriores]."¹⁷

Em maio de 1892, os ministros Rojas e Insfrán, caballeristas, saíram do governo. Segundo Mendonza, os componentes do governo eram chamados "argentínistas" e, a partir desse novo quadro político, "não se escondem estrangeiros e muitos nacionais para falar de anexação [à Argentina], como ocorria antes". De forma premonitória, com dois anos de antecedência, esse diplomata concluía que "graves acontecimentos" estavam por ocorrer. Isso porquê, continuava ele, os generais Egusquiza e Caballero, "habitados a dispor do país", não o abandonariam "aos novos elementos que os alijaram da coisa pública".¹⁸

No mesmo mês de maio de 1892 começou a correr em Assunção a notícia de que se preparava a anexação do Paraguai à Argentina. Os jornais publicaram a convocação de uma manifestação pública de protesto contra essa anexação. Caballero e Egusquiza, por sua vez, assinaram um manifesto convidando o povo a protestar contra os maus paraguaios. Tal manifestação de protesto ocorreu em 31 de maio, com Caballero fazendo um pronunciamento. O representante argentino em Assunção ouviu, nesse mesmo dia 31, um desmentido do presidente González quanto a qualquer fundamento nos boatos anexacionistas.¹⁹

De todo modo, tais boatos repercutiram junto ao governo brasileiro. O chanceler Serzedello Correa, em ofício à Legação brasileira em Assunção, afirmava que, embora pudesse não ter fundamento, era bom averiguar o "boato que tem corrido, de próxima anexação do Paraguai à Argentina". No final de 1892, o chanceler interino, vice-almirante

Custódio José de Mello, já se mostrava preocupado com a sucessão do presidente González. Partia da premissa de que José Segundo Decoud e o general Bernardino Caballero seriam candidatos à presidência, mas afirmava não saber qual dos dois mais convinha aos interesses brasileiros. Isso porque, acrescentava o chanceler, a partir das informações que recebia do encarregado de negócios brasileiro no Paraguai, "concluo que nenhum deles é simpático à Argentina".²⁰ Como se verá, os sucessores de Custódio José de Mello no Ministério das Relações Exteriores não manteriam tal opinião quanto a Decoud.

Em outubro de 1893, o representante argentino em Assunção, Juan M. Estrada, também considerava definidas as candidaturas presidenciais de Caballero e Decoud. Sem expressar um conceito valorativo sobre os candidatos, esse diplomata afirmava que a campanha seria "apaixonada, chegando muitas pessoas até a temer o estalido de um movimento revolucionário". No mês seguinte, Estrada relatava a escolha da candidatura de Caballero pelo Partido Colorado, a qual, afirmava, não se opunha à de Decoud, mas, sim, à de Egusquiza. Acreditava o diplomata que havia motivos para se temer transtornos, mas que os numerosos argentinos que viviam no Paraguai estavam abstendo-se, "felizmente", de qualquer intervenção nessa disputa política.²¹

Na sucessão do presidente González, o Partido Colorado dividiu-se em duas tendências, a do caballerismo e a do egusquicismo. Foram lançadas, no final de 1893, as candidaturas do general Caballero, com o coronel Manuel

Maciel como candidato à vice-presidente, e do general Egusquiza, tendo como vice na sua chapa o dr. César Gondra. Enquanto isso, o Partido Liberal, que desde a revolução de 1891 permanecera em silêncio, com seus principais líderes exilados, começou a reorganizar-se visando à campanha presidencial.

O governo brasileiro já se decidira, no início de 1894, a apoiar a candidatura de Caballero, enviando ao Paraguai, com essa finalidade específica, o senador Amaro Cavalcanti, como novo ministro plenipotenciário. Diplomado em direito, Cavalcanti viria a ser ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo no qual se aposentou em 1915.

O chanceler Alexandre Cassiano do Nascimento instruiu, em fevereiro de 1894, Cavalcanti sobre a missão que deveria cumprir:

O general Caballero, que mais probabilidade tem de ser eleito, é (...) muito amigo do Brasil. Sincero ou não, convém-no, porque não goza da simpatia do governo argentino.

Cassiano do Nascimento afirmava que a Argentina se empenhava em favor da candidatura Egusquiza. O apoio da diplomacia brasileira à candidatura de Caballero continuava aquele chanceler, era desejo pessoal do presidente, Floriano Peixoto.²² Prenunciando o caráter do citado apoio, Floriano assegurou, pessoalmente, a Cavalcanti que este disporia das canhoneiras brasileiras fundeadas no porto de Assunção e "dos recursos pecuniários que fossem precisos".²³

Chegando a Assunção, Cavalcanti, após ouvir "várias pessoas", informou ao Rio de Janeiro que Caballero era popular e que poderia encabeçar uma revolução. Afirmava que esse general conservava-se reservado sobre sua candidatura presidencial, a qual, se implementada, teria o apoio — "pouco valioso" — do Partido Liberal. Caballero, nas palavras de Cavalcanti, "continua (nosso) amigo", enquanto Egusquiza serviu no Exército argentino e "concluem alguns que, uma vez eleito, seria inimigo certo do Brasil". Cavalcanti ressaltava que ainda não tinha juízo formado sobre Egusquiza, mas o emitia sobre José Segundo Decoud, cunhado do presidente González. Informava que Decoud não obtivera o apoio do caballerismo para sua candidatura presidencial e que se retirara para Montevideu como representante do Paraguai junto ao Uruguai. Na opinião do ministro plenipotenciário brasileiro, Decoud "é homem hábil e dissimulado, e é aqui crença geral [que] se ele fosse eleito [presidente], seria uma desgraça para as nossas relações com o Prata".²⁴ Reavivava-se, assim, contra esse político, a acusação de inimigo do Brasil.

O presidente González estava gastando dinheiro e "arregimentando forças" para a eleição presidencial sob o argumento de temer a perturbação da ordem pública. Opinava Cavalcanti que "não há dúvida [de] que o candidato da oposição [Caballero] não poderá vencer sem o emprego de meios idênticos e superiores".²⁵ Em abril, Cavalcanti escrevia ao Rio de Janeiro que González tentava reerguer a candidatura de Decoud à presidência, buscando, para tanto, que Egusquiza renunciasse a concorrer ao cargo, mas seus

aliados opunham-se a tal gesto. Reafirmava o ministro brasileiro ser "unânime" em Assunção a opinião de que Decoud era adversário do Brasil e muito amigo da Argentina. Concluía que, embora sem base partidária, se Decoud dispusesse de dinheiro e "de força" achar-se-ia em situação relativamente favorável para concorrer à presidência.²⁶ Já Caballero, na opinião desse diplomata, tinha apoio popular e poderia vencer "uma eleição realmente séria, o que não creio nas circunstâncias [atuais]". Caballero, pensava Cavalcanti, era um homem "bom, [mas] cercado por uma camarilha que não passa por ser das melhores" e não era apreciado pela Argentina.²⁷

Quanto a Egusquiza, um mês após chegar a Assunção, Cavalcanti já tinha dele se aproximado. Esse general fizera saber ao diplomata brasileiro, por intermédio de amigos e mesmo pessoalmente, "que é amigo do Brasil e, se for eleito, sê-lo-á ainda mais, desejando estreitar relações econômicas e políticas conosco". Cavalcanti procurava alimentar em Egusquiza as esperanças de que, se eleito, receberia o apoio brasileiro, inclusive com a perspectiva da construção de uma via férrea que ligasse o Paraguai a um dos portos brasileiros.²⁸

Cavalcanti retomava uma questão importante para o desenvolvimento paraguaio, que não poderia deixar indiferente a Egusquiza. O país, enclavado no interior do continente, dependia da navegação dos rios Paraguai e Paraná para suas exportações — todas de produtos primários — alcançarem o mercado regional platino e mundial. O custo dos fretes era alto e seria barateado por uma ligação ferroviária

entre o Paraguai e um porto brasileiro, criando condições mais favoráveis ao comércio externo. Ademais, tal ligação tornaria o país menos dependente da Argentina, posto que os empresários argentinos praticamente detinham o monopólio daquela navegação fluvial. Em 1887, os franceses Bourgade, La Dardye, Modave de Masogne e Obert de Thieusies já tinham realizado estudos topográficos para a construção de uma ferrovia de 1.300 quilômetros de extensão, unindo Assunção a Santos, contando, para tanto, com uma autorização já concedida pelo governo Imperial. O gigantismo do projeto, com os decorrentes altos custos, impediram sua efetivação. Contudo, apenas a divulgação da iniciativa criou comoção política em Buenos Aires, particularmente entre os exilados paraguaios que ali viviam, os quais afirmavam que apenas o Brasil teria benefícios com tal ferrovia. A afirmativa não era correta, e a alternativa de uma conexão ferroviária com o Brasil continuou a ser considerada seriamente pela Paraguay Central Railway Company Ltd., empresa de capital britânico que adquirira a única ferrovia paraguaia em 1889.²⁹

No final de maio, Cavalcanti passou a informar o Rio de Janeiro sobre a consolidação da candidatura presidencial de Decoud. No dia 24 desse mês, ele relatou que Egusquiza estava enfurecido com o "partido argentino e [com] Decoud" e que, se esse general recebesse ajuda financeira do Império, "continuará, sem dúvida, a ser um amigo certo do Brasil, caso for eleito". Dias depois, em 30 de maio, o diplomata afirmava que o presidente González mantinha postura "firme" para fazer com que a candidatura de Decoud fosse vitoriosa.³⁰ Tal

candidatura, ressalte-se, não fora lançada oficialmente e não era conhecida em círculos mais amplos.

Nessa mesma época, o representante argentino em Assunção afirmava que a sucessão presidencial tinha "se complicado" com o surgimento de uma terceira candidatura, a de Benjamim Aceval, lançada pelos liberais. Acreditava esse diplomata que a questão não seria simplificada, pois, embora se dissesse que a candidatura de Egusquiza seria retirada, ela seria substituída pela de Decoud.³¹

Em 2 de junho, González reuniu os generais Caballero e Egusquiza pedindo que chegassem a um acordo entre si. Cavalcanti relatou ao Rio de Janeiro que González solicitara a Caballero e a Egusquiza a retirada de suas candidaturas. Contudo, eles não o fizeram, porque esse diplomata prometeu-lhes recursos pecuniários para financiarem as respectivas campanhas eleitorais.³²

De acordo com Freire Esteves, correu, então, a versão, aparentemente propalada pelos caballeristas, de que o presidente González enganava Egusquiza com seu pretense apoio. Segundo essa versão, González preparava-se para lançar a candidatura de Decoud, e Egusquiza acabou por se convencer de que tal se daria e, assim, para não ser alijado da disputa presidencial, compôs-se com Caballero. No dia 9 de junho, Egusquiza enviou uma nota a González comunicando que tinha tomado os quartéis durante a noite e solicitando-lhe a renúncia do cargo de presidente. Tendo respondido negativamente, González foi conduzido a um quartel onde

estavam Caballero e Egusquiza, os quais, diante da insistência daquele em se manter em seu posto, lançaram um manifesto dando sua versão dos acontecimentos. No dia 10 de junho, o Congresso paraguaio reuniu-se e determinou, sem justificativas, que o vice-presidente, Marcos Morínigo, assumisse a chefia do Estado. Morínigo, aliás, era casado com uma sobrinha de Caballero.³³

O representante argentino em Assunção, Juan M. Estrada, fez uma análise retrospectiva do golpe de Estado. Apontou para a instabilidade criada pela divisão do Partido Colorado entre as facções do general Caballero e do general Egusquiza na campanha de sucessão presidencial. O quadro político agravou-se, segundo o diplomata, devido ao estado de corrupção do país — o que tornava a presidência ainda mais atraente pelos benefícios que poderia gerar. Além disso, acirrou-se a rivalidade entre militares e civis (há que se lembrar que José Segundo Decour era um civil). A essa realidade, afirmou Estrada, acrescentou-se o fato de Egusquiza não gozar de popularidade, o que levou González a retirar-lhe o apoio político e transferi-lo para Decoud, que era "sumamente desprestigiado" no Paraguai. Caballero e Egusquiza acabaram por se unir e derrubaram o presidente da República. Esse representante argentino afastou a possibilidade, apontada por alguns, da participação do Brasil no golpe, afirmando que a diplomacia brasileira se abstinha de toda intervenção nos assuntos internos do Paraguai.³⁴

Equivocou-se Estrada, pois Amaro Cavalcanti teve participação ativa na deposição de González, apresentando-se,

mesmo em seus officios à chancelaria brasileira, como mentor intelectual e financiador do golpe. O erro de análise de Estrada demonstra a discreção com que atuou Cavalcanti, que sintetizou os acontecimentos em officio confidencial enviado ao Rio de Janeiro. O officio, datado de 10 de junho, foi redigido quando o golpe de Estado era recém-consumado.³⁵

Cavalcanti escreveu, então, que González passara a apoiar abertamente a candidatura de Decoud e, por isso, "resolvi-me a recorrer ao meio extremo". Para esse diplomata, a derrubada de González era o único meio de evitar a eleição de Decoud à presidência, o qual poderia anexar o Paraguai à Argentina. Relatou Cavalcanti que, com cautela, "eu havia conseguido tornar o general Egusquiza pessoa inteiramente minha, e como este tinha o prestígio na força pública [entre a tropa], não foi muito difícil para mim fazê-lo aceitar a executar o plano que eu mesmo tracei". Para o golpe de Estado ser bem-sucedido era necessário o apoio dos generais Caballero e Escobar, o que foi conseguido "não só repartindo-se as *graças do futuro e certos favores* [sublinhado no original], como ainda porque a revolução chamava já ao poder o sr. Mario Morínigo".

Para executar seu plano, Cavalcanti assumiu a "responsabilidade das despesas, e o meu compromisso já não é inferior a cinco mil libras, tendo talvez de atingir seis mil libras" (150 contos de réis).³⁶ Cavalcanti escreveu ao chanceler brasileiro Cassiano do Nascimento, ainda no officio de 10 de junho, que "exigi e será marcada" eleição presidencial e, acrescentou, que qualquer que fosse o eleito,

Caballero ou Egusquiza, será um amigo". Isto posto, afirmava que, entregando aos três generais "os auxílios pecuniários prometidos, considero concluída a minha missão". No início de julho, Cavalcanti acusava o recebimento de recursos financeiros, por intermédio do Banco Italiano del Uruguay, para as "despesas especiais, e ontem mesmo dei-lhes o devido destino", tendo restado 518 libras sem gastar.³⁷

Pouco depois do golpe de Estado, Estrada analisou as perspectivas da eleição presidencial paraguaia. Afirmava ele que, "pela linha política de atuação de Egusquiza", sua eleição seria melhor para a Argentina do que a de Caballero. Quanto ao candidato liberal Aceval, afirmou esse diplomata que, mesmo se viesse a ter uma maior soma de votos, "nenhuma possibilidade tem de triunfar". Tratava-se de uma análise pragmática, e o golpe de Estado que acabara de ocorrer era uma prova de que, na eleição presidencial que se avizinhava, o voto não era o fator decisivo. O desejo de Estrada realizou-se, pois, nas palavras de Cavalcanti, "as coisas tomaram novo e diverso aspecto", tendo Caballero desistido de sua candidatura em favor de Egusquiza.³⁸ Este foi eleito presidente em setembro de 1894, tendo como vice o dr. Facundo Insfrán, médico e sobrinho de Caballero.

No poder, Egusquiza foi mais democrático do que seus antecessores. Os liberais receberam cargos governamentais, inclusive para o Poder Judiciário, e puderam competir em eleições livres. Segundo Caballero Aquino, o presidente Egusquiza não demonstrou apego pelo Brasil, havendo

continuidade na erosão da influência brasileira na política paraguaia. Ao mesmo tempo, a Argentina fez-se mais presente.³⁹

A documentação diplomática brasileira, porém, não demonstra maiores queixas do Rio de Janeiro quanto à atuação do governo Egusquiza. Ao contrário, em 1895 o novo representante brasileiro em Assunção, Henrique Lisboa, fez uma análise lúcida, rara naqueles que o precederam nessa função, da postura dos políticos paraguaios em relação ao Brasil e à Argentina. O motivo dessa análise foi a nomeação, por Egusquiza, de José Segundo Decoud para o cargo de ministro das Relações Exteriores. Lisboa questionou a visão de seus dois antecessores de que Decoud era "antibrasileiro", afirmando que o motivo dessa reputação estava nos acontecimentos de 1875 e neles se esgotara. [Ver nota 9.] Na opinião desse diplomata, "todos os paraguaios cultos" tinham certa inclinação pela Argentina, devido à identidade de origem, de língua e de costumes, além de muitos terem sido educados naquele país. Contudo, analisava Lisboa, esses paraguaios também consideravam interessante atenuar a excessiva influência argentina, além de considerarem, na opção entre Brasil e Argentina, três aspectos, a saber: qual dos dois países poderia prestar auxílio imediato e eficaz; qual deles tinha maior interesse em prestar tal auxílio e de qual país poderia o Paraguai receber tal auxílio com menor risco para sua autonomia. A esses fatores devia-se acrescentar, continuava o diplomata, que ao Brasil interessava o progresso do Paraguai para "junto progredir" o Mato Grosso, enquanto à Argentina tal progresso não era conveniente, pois comprometeria o progresso de Santa Fé e de Corrientes.

Lisboa concluía, a partir dessas considerações, que o Brasil não devia recear quanto às posições que o governo paraguaio viesse a assumir com a ascensão de Decoud ao cargo de chanceler.⁴⁰ Se tal clareza e objetividade tivessem caracterizado os relatórios anteriores da Legação brasileira em Assunção, talvez a missão Cavalcanti não tivesse existido.

Nos seus primeiros anos de existência, a República brasileira apresentou-se, em relação ao Paraguai, como herdeira da diplomacia do Império do Brasil da década de 1870, de contenção da influência argentina no país guarani. Assim, para a sucessão do presidente González, em 1894, o Rio de Janeiro voltou a trabalhar com a dicotomia, utilizada pela diplomacia imperial, "pró-Brasil", classificação dada ao general Caballero, e "pró-Argentina". Neste último caso, pela lógica de tal análise, encontrava-se a candidatura presidencial que se opunha à de Caballero, a qual, em um primeiro momento, foi a do general Egusquiza.

No início de 1894, o presidente Floriano Peixoto, em decisão pessoal, resolveu interferir na política interna paraguaia e apoiar ativamente a candidatura de Caballero. Com essa missão, foi enviado a Assunção, para ocupar a função de ministro residente, Amaro Cavalcanti, que se aproximou de Egusquiza, a ponto classificá-lo como confiável aos interesses brasileiros. Nesse momento, porém, o presidente González buscava lançar a candidatura de José Segundo Decoud, não só tido como inimigo do Brasil mas, também, como aquele que, se eleito presidente, poderia tentar anexar o Paraguai à Argentina. Partindo de tal análise,

Cavalcanti incentivou e forneceu recursos financeiros aos três generais paraguaios — Bernardino Caballero; Patricio Escobar e Juan Bautista Egusquiza — para a derrubada do presidente González, de modo a inviabilizar a candidatura de Decoud.

Considerando-se a agitada história política paraguaia após 1869, bem como a documentação pesquisada, uma dúvida se coloca quanto a ter sido Cavalcanti, de fato, o idealizador do golpe de Estado de 1894, como ele próprio relatou. Uma hipótese a ser considerada é a de que o golpe já estava a caminho e os três generais que o lideraram embolsaram dinheiro fornecido por Cavalcanti para dar um golpe que, afinal de contas, era de interesse deles realizar. A resposta para tal suspeita somente pôde ser dada por documentação eventualmente produzida pelos protagonistas paraguaios da deposição do presidente González.

Francisco Doratioto é mestre em história da política externa do Brasil pelo Departamento de História da Universidade de Brasília

Notas e referências bibliográficas

1. Para o acesso do autor ao arquivo diplomático em Buenos Aires foi fundamental o auxílio do secretário Hernán Satinvañez Viyera e do conselheiro Pereira Lahitte. Ficam, pois, registrados os agradecimentos a esses diplomatas argentinos.
2. Harris Gaylord Warren, *Paraguay and the Triple Alliance: The Post-War Decade, 1869-1878*, p. 88.
3. Lacerda para o ministro dos Negócios Estrangeiros Cavalcanti de Albuquerque. Assunção, Ofício confidencial, 09/04/1883. Arquivo Histórico do Itamaraty (doravante: AHI), 201-2-1. A ortografia foi atualizada nas transcrições.
4. Albuquerque para Lacerda. Rio de Janeiro, Ofício confidencial, 08/05/1883. AHI, 201-4-10.
5. Victorino de la Plaza para Héctor Álvarez, ministro residente argentino em Assunção. Buenos Aires. Ofício confidencial e reservado, 26/05/1882. Archivo General de la Nación (doravante AGNA), VII-6-4-23.
6. Afonso F. Carranza para De la Plaza. Assunção, Ofício confidencial, 15/02/1883. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (doravante AMREC), Caixa 259.

7. Ricardo Caballero Aquino, *La Segunda República Paraguaya*, p. 90.
8. Ofício do representante brasileiro, Vasconcellos, para o chanceler Villa Bella. Assunção, 30/11/1878. AHI, LBPOE, 201-1-15.
9. Henrique Lisboa para o chanceler Carlos Augusto de Carvalho. Ofício reservado, Assunção, 06/06/1895. AHI, 201-2-6.
10. Oliveira para Cotegipe. Assunção, Ofício reservado, 10/07/1886. AHI, 201-2-2.
11. Ver, por exemplo, discurso do barão de Cotegipe, na sessão do Senado de 12/08/1887. Anais do Senado, 1887, v. IV, pp. 191-194.
12. Ricardo Caballero Aquino, *op. cit.*, pp. 149-150.
13. Justo Leite Chermont, ministro das Relações Exteriores, para o representante brasileiro em Assunção. Rio de Janeiro, 30/09/1891. AHI, 202-1-6.
14. Ministro residente da Argentina para o chanceler Eduardo Costa. Ofício confidencial, Assunção, 04/11/1890. Arquivo do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto [doravante: AMREC], Caixa 433.
15. Ricardo Caballero Aquino, *op. cit.*, p. 169.

16. *Idem, ibidem*, p. 172.
17. *Idem, ibid.* R. Mendonza para o chanceler Zeballos. Ofício confidencial-reservado, Assunção 01/12/1891. AMREC, Caixa 460.
18. *Idem.* Ofício confidencial, Assunção, 02/05/1892. AMREC, Caixa 558.
19. *Idem,* Ofício confidencial, Assunção, 31/05/1892. AMREC, Caixa 558.
20. Serzedello Correa para a Legação brasileira em Assunção. Rio de Janeiro, sem data exata (janeiro/fevereiro de 1892). AHI, 201-4-11. Custódio José de Mello para Mamede Lima de Almeida, encarregado de negócios no Paraguai. Ofício reservado, Rio de Janeiro, 10/12/1892. *Idem.*
21. Juan M. Estrada para o chanceler Valentin Virasoro. Ofício confidencial, Assunção, 14/10/1893. AMREC, Caixa 516. *Idem.* Ofício confidencial, Assunção, 21/11/1893. *Ibidem.*
22. Chanceler Cassiano do Nascimento para A. Cavalcanti. Reservada, Rio de Janeiro, 14/02/1894. AHI, 201-4-11.
23. Cavalcanti para Cassiano do Nascimento. Reservada, Assunção, 17/03/1894. AHI, 201-205.
24. *Idem, ibidem.*

25. *Ibidem.*
26. Cavalcanti para Casiano do Nascimento. Ofício reservado, Assunção, 03/04/1894. AHI, 201-2-5.
27. *Idem.* Ofício reservado, Assunção, 16/04/1894. *Ibidem.*
28. *Idem, ibidem.*
29. Juan Carlos Herken Krauer, *Ferrocarril, Política y Economía en el Paraguay*, pp. 295-299.
30. Cavalcanti para Cassiano do Nascimento. Ofício reservado, Assunção, 24/05/1894. AHI, 201-2-5. *Idem.* Ofício reservado, Assunção, 30/05/1894. *Ibidem.*
31. J. M. Estrada para o chanceler Eduardo Costa. Ofício confidencial, Assunção, 29/05/1894. AMREC, Caixa 516.
32. Cavalcanti para Cassiano do Nascimento. Ofício reservado, 04/06/1894. AHI, 201-2-5.
33. Gomes Freire Esteves, *História Contemporânea del Paraguay*, p. 75.
34. J. M. Estrada para Eduardo Costa. Ofício confidencial, Assunção, 16/06/1894, AMREC, Caixa 516.
35. Cavalcanti para Cassiano do Nascimento. Ofício confidencial, Assunção, 10/06/1894. AHI, 201-2-5.

36. Ricardo Caballero Aquino (em *op. cit.*, p. 181) afirma que Cavalcanti repartiu 16.000 libras entre Egusquiza, Escobar e Caballero. Trata-se de uma quantia factível, embora o autor deste artigo não se tenha deparado com essa informação na documentação pesquisada.
37. Cavalcanti para Cassiano do Nascimento. Ofício confidencial, Assunção, 03/07/1894. AHI, 201-2-5.
38. J. M. Estrada para Eduardo Costa, Ofício confidencial, Assunção, 25/08/1899. Caixa 516. Cavalcanti para Cassiano do Nascimento. Ofício reservado, Assunção, 26/06/1894. AHI, 201-2-5.
39. Ricardo Caballero Aquino, *op. cit.*, p. 183.
40. Henrique Lisboa para o chanceler Carlos Augusto de Carvalho. Ofício reservado, Assunção, 06/06/1895. AHI, 201-2-6.

Bibliografia

- CABALLERO AQUINO, Ricardo. *La Segunda República Paraguaya: 1869-1906. Política, Economía, Sociedad.* Asunción, Arte Nuevo, 1985.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai*

(1822-1889). Brasília, Departamento de História da Universidade de Brasília (dissertação de mestrado), 1989, mimeo. v. II.

FREIRE ESTEVES, Gómes. *História Contemporânea del Paraguay*. Buenos Aires, s. ed., 1921.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos. "Ferrocarril, Política y Economía en el Paraguay: el acuerdo de 1907 entre Paraguay Central Railway y el Gobierno paraguayo." *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Berlim, Ibero-Amerikanische Institut, 1984.

KALSEN, Osvaldo. *História del Paraguay Contemporáneo, 1869-1983*. Asunción, Imprenta Modelo, 1983.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay and the Triple Alliance; The Post-War Decade, 1869-1878*. Austin, University of Texas at Austin, 1978.